

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM
GOIANO *de*
eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 20 - N.º 1 / 2 - JAN./ DEZ. 2000

CAPITAL, ESPAÇO E DESIGUALDADE

*Nildo Viana**

O presente texto pretende tratar da relação entre capital, espaço e desigualdade. Compreender esta relação possibilita ampliar a visão de que as desigualdades regionais e nacionais são produtos da dinâmica capitalista e que os setores atrasados da produção beneficiam os setores avançados, permitindo, assim, a reprodução do capitalismo e das desigualdades nacionais e regionais.

A produção capitalista do espaço é inicialmente um produto do processo de expansão capitalista. O processo de urbanização é o primeiro passo neste sentido. A ação estatal era débil neste período, mas a expulsão dos camponeses para a cidade marca uma característica do capitalismo: o predomínio da cidade sobre o campo, do espaço urbano sobre o espaço rural. O processo de industrialização é concentrado no espaço urbano, o que lhe fornece o predomínio. O capitalismo expande a divisão social do trabalho e a divisão entre cidade e campo é o primeiro momento desta divisão que vai-se aprofundando cada vez mais com o desenvolvimento capitalista. Este processo significa a formação das relações de produção capitalistas, que operam a oposição entre cidade e campo.

Mas, após a urbanização, ocorre todo um processo de expansão capitalista que ultrapassa a dicotomia cidade-campo e passa a ser uma expansão regional e nacional. Iremos, no presente texto, observar como a constituição capitalista do espaço ocorre no plano regional e nacional, através da sua expansão, subordinando modos de produção não-capitalistas e como, posteriormente, após a expansão capitalista e sua generalização nas regiões e nações, ocorre uma reprodução da desigualdade, agora entre os setores capitalistas avançados e atrasados. A explicação da desigualdade entre os setores atrasados e avançados do capitalismo, que gera uma determinada configuração espacial, encontra-se na própria produção de setores capitalistas avançados e atrasados e na transferência de mais-valor que está em sua base. É esta a tese do presente trabalho e que desenvolveremos aqui.

* Graduado em Ciências Sociais. Especialista em Filosofia. Mestre em Sociologia. Mestre em Filosofia. Doutorando em Sociologia. Professor da Universidade Estadual de Goiás.
E-mail: nviana@terra.com.br

1. Expansão Capitalista, Espaço e Subordinação de Modos de Produção

Segundo Marx, o capitalismo só pode continuar existindo através de uma constante revolução tecnológica MARX & ENGELS (1988). A competição entre capitais individuais gera a necessidade de conquistar o mercado consumidor, bem como ampliá-lo. A troca do uso da força de trabalho pela tecnologia é outra face desta necessidade. Além disso, o capital acumulado deve ser reinvestido e assim o círculo da produção capitalista é sempre crescente e marcado pela reprodução, ou seja, repete sempre o processo D-M-D (isto poderia ser simbolizado da seguinte forma: D-M-D-M-D'-M-D''-M-D''' até o infinito). O capitalista também tem que efetivar uma contínua expansão espacial, devido à necessidade de reprodução ampliada de capital. O capitalismo possui um caráter expansionista e universalizante. Ele deve expandir-se por todo o espaço terrestre e universalizar-se em todas as relações sociais.

Porém, a expansão capitalista não é feita em terras virgens. Ela encontra obstáculos em relações de produção pré-capitalistas. Qual é a diferença entre relações de produção pré-capitalistas e não-capitalistas? A diferença encontra-se no fato de que, como o próprio nome diz, as relações de produção pré-capitalistas são anteriores ao capitalismo (tal como as relações de produção feudais na Europa Ocidental) e as relações de produção não-capitalistas são resultado da própria expansão capitalista que – ao mesmo tempo que corrói as relações de produção que lhes são anteriores – ao defrontar-se com elas, gera relações tanto capitalistas quanto não-capitalistas, que, no entanto, lhes são subordinadas.

Esta subordinação de modos de produção não-capitalistas ao modo de produção capitalista ocorre de uma forma específica, ou seja, de forma diferente do que em outras sociedades nas quais o modo de produção dominante é outro. Esta subordinação capitalista de modos de produção não-capitalistas ocorre através de suas relações de distribuição (expansão mercantil) e com a ação do Estado burguês (que é uma forma de regularização capitalista) que impõe, entre outras coisas, o reconhecimento da ordem jurídica burguesa, juntamente com a expansão da ideologia, entre outras formas capitalistas de regularização, o que reforça a dominação capitalista¹. Esta expansão vai ocorrendo paulatinamente e vai criando raízes cada vez mais profundas, até chegar ao estágio final: a substituição das relações de

produção não-capitalistas pelas relações de produção capitalistas, ou seja, a abolição dos modos de produção não-capitalistas².

Esta expansão ocorre tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Em nível internacional há o caso do modo de produção escravista colonial que foi implantado na América Latina, inclusive no Brasil (GORENDER, 1985; SANTIAGO, 1988; SAES, 1990). Em nível nacional podemos citar o caso do modo de produção camponês (FERNANDES, 1994).

Trataremos, inicialmente, do primeiro caso, ou seja, dos modos de produção não-capitalistas subordinados ao capitalismo no interior de um território nacional.

O desenvolvimento capitalista provoca a subordinação de modos de produção não-capitalistas. Esta subordinação, como já havíamos colocado, realiza-se, inicialmente e principalmente, através das relações de distribuição. O capitalismo realiza uma luta feroz contra as formas de produção auto-suficientes (“economia natural”). Segundo ROSA LUXEMBURGO:

Para existir e poder se desenvolver o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que lhe satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. As formas de produção da economia natural de nada servem, no entanto, ao capital para a realização de qualquer um destes fins. Em todas as formações de caráter econômico-natural – quer se trate de comunidades camponesas primitivas que adotem a propriedade comunitária da terra, quer se trate de relações feudais servis ou congêneres – a produção que se destina à satisfação das próprias necessidades é a característica determinante dessas economias. É por isso que não acusam nenhuma ou quase nenhuma necessidade de mercadorias estrangeiras e não se registra nenhum excedente de produtos próprios ou, pelo menos, nenhuma necessidade premente se manifesta que as obrigue a desfazer-se dos produtos excedentes. O mais importante no entanto é o seguinte: em todas as formas de produção de cunho econômico-natural existe sempre algum vínculo com os meios de produção e mão-de-obra. Tanto a comunidade camponesa comunista como a propriedade agrícola feudal e outras formas congêneres estabelecem como base de sua organização econômica a

sujeição dos principais meios de produção – terra e força de trabalho – ao direito e à origem. Nesse sentido, a economia natural cria dificuldades sérias às exigências do capital. Eis por que o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa patriarcal LUXEMBURGO (1985. 253-254)³.

Quando a produção mercantil simples (seja camponesa ou qualquer outra) entra em contato com a produção mercantil capitalista ela torna-se subordinada através da própria troca mercantil entre estas duas formas de produção. As mercadorias produzidas pela produção capitalista possuem um valor mais elevado devido ao fato de conter um *quantum* maior de trabalho socialmente necessário incorporado nelas. Devido a isto a produção mercantil simples tem que elevar sua produção para conseguir realizar a troca mercantil entre suas mercadorias e as mercadorias produzidas no setor capitalista⁴.

A produção mercantil simples substitui os modos de produção auto-suficientes (“economia natural”) e por isso tem, necessariamente, que realizar a troca mercantil, pois não sendo auto-suficiente precisa comprar as mercadorias que não são produzidas em sua própria esfera (tais como determinados alimentos, roupas, utensílios domésticos, remédios, meios de produção, serviços sociais mercantilizados de saúde e educação etc.) e para fazer isto também precisa vender mercadorias, já que sua lógica é M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) e assim ela entra no mercado capitalista.

A troca mercantil realizada entre a produção mercantil simples e a produção mercantil capitalista é “desigual” e caracteriza-se por ser uma relação de exploração, na qual a produção capitalista extrai excedente da produção mercantil não-capitalista. Por conseguinte, os pequenos produtores não-capitalistas acabam vivendo em condições precárias de vida e vivendo em função de aumentar a produção para aumentar sua renda monetária (ou seja, sua capacidade aquisitiva) para garantir a sobrevivência.

Mas, tais casos só referem-se a modos de produção subordinados nos quais os trabalhadores não estão separados dos meios de produção, tal como no caso do modo de produção camponês. A situação é diferente no caso de modos de produção subordinados ao capitalismo em que ocorre o processo de exploração direta (o que pressupõe a separação entre trabalhador e meios de

produção e, por conseguinte, entre os donos dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho). Em outras palavras, os trabalhadores submetem-se à exploração em relações de produção não-capitalistas para garantir a aquisição de seus meios de sobrevivência (que, neste caso, não se dá exclusivamente através da renda monetária). Não se trata de vender a força de trabalho em troca de um salário e sim de renda-produto, embora, possa-se mesclar renda-produto e renda-dinheiro e recursos adicionais (local de moradia, por exemplo). Mas, isto é apenas uma mudança parcial, pois parte do que é produzido pela família (como em certa forma de parceria) pode ser reconvertido em forma de dinheiro⁵.

Como estes modos de produção são subordinados e transferem a extração de mais-trabalho de sua esfera para a esfera capitalista, então este processo contribui com o processo de acumulação capitalista. Desta forma observamos que a expansão capitalista e a subordinação de modos de produção não-capitalistas significam uma configuração espacial marcada pela desigualdade, pela exploração.

2. Capital, Espaço Internacional e Desigualdade

O espaço do capital, no qual o modo de produção capitalista surge e desenvolve-se, vai se expandindo e incorporando cada vez mais novos espaços e neste processo vai também produzindo relações de exploração tanto internas no setor capitalista (da qual trataremos adiante) quanto externas, através de subordinação de modos de produção não-capitalistas. Isto ocorre no interior de um território nacional e também entre nações. O sistema colonial foi um ponto de apoio fundamental para o processo de expansão capitalista. Marx notou isto e denominou o sistema colonial como um dos elementos da acumulação primitiva. Este sistema fundamentava-se no comércio, ou seja, na esfera das relações de distribuição. A subordinação de relações de produção não-capitalistas tem como elemento fundador o comércio. Segundo FERNANDO NOVAIS,

Examinemos, pois, os mecanismos de funcionamento do Antigo Sistema Colonial do mercantilismo. É no regime do comércio entre metrópole e colônias que se situa o elemento essencial desse mecanismo. Reservando-se a exclusividade do comércio com o ultramar, as metrópoles européias na realidade

organizavam um quadro institucional de relações tendentes à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana a expensas das economias periféricas coloniais. O chamado “monopólio” colonial, ou mais corretamente e usando um termo da própria época, o regime do “exclusivo” metropolitano constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade européias em transição para o capitalismo integral NOVAIS (1990, p. 38).

É claro que a expansão do sistema colonial dá-se não só pelo comércio, mas, também, pela ação estatal no sentido de impor este mesmo sistema. O espaço internacional passa a ser dividido em dois tipos de nações: as nações capitalistas ascendentes e as nações colonizadas. A desigualdade espacial internacional vai-se constituir a partir deste momento.

Muitos pesquisadores buscaram explicar o fenômeno das desigualdades internacionais. As “teorias do imperialismo” e a teoria da dependência apontam para uma forma de explicação do processo de desigualdade internacional. O processo de desigualdade internacional é um processo que acompanha o desenvolvimento capitalista. Em primeiro lugar, tal como colocamos anteriormente, a expansão capitalista mundial significa a desestruturação e subordinação de modos de produção não-capitalistas. O sistema colonial cumpriu este papel. No entanto, a necessidade de reprodução ampliada do capital acaba gerando a instauração das relações de produção capitalistas em todo o planeta, embora isto ocorra paulatinamente.

No entanto, isto não ocorre de forma homogênea e com base na igualdade e sim na desigualdade e de forma heterogênea. A divisão espacial desigual reproduz a divisão capitalista do trabalho em nível mundial. Uma vez que ocorre a transição dos países em que predominam relações de produção não-capitalistas para a hegemonia das relações de produção capitalistas, a divisão espacial desigual passa a ser comandada por uma nova lógica. Trata-se da reprodução da divisão social do trabalho no espaço marcado por um mundo predominantemente capitalista. Dois conceitos nos ajudam a compreender o fenômeno da desigualdade entre nações capitalistas: *reconversão capitalista* e *transferência de mais-valor*.

Tal com colocamos anteriormente, o capitalismo com seu caráter expansionista necessita de expandir-se tanto na esfera das relações sociais

quanto espacialmente. Isto, no fundo, revela duas faces da mesma moeda. Este expansionismo, historicamente, ocorreu sob a forma de acumulação primitiva de capital, no qual o colonialismo extrai recursos que permitem a expansão da produção capitalista, o que significa a constituição de modos de produção não-capitalistas.

Estes modos de produção não-capitalistas, subordinados, vão sendo convertidos gradativamente ao capitalismo. Isto ocorre devido ao fato de que o capitalismo, inicialmente, controla a esfera da distribuição dos modos de produção subordinados nos países coloniais e, posteriormente, passa a interferir na própria esfera da produção, implantando relações de produção capitalistas.

Tal conversão dos modos de produção subordinados ao capitalismo ocorre de forma subordinada, isto é, ela realiza-se sob o signo do imperialismo⁶. Assim, ao invés de haver modos de produção subordinados, o que se tem são países capitalistas subordinados. Podemos dizer que existem vários motivos que provocam a formação de relações de subordinação entre países capitalistas. O primeiro motivo encontra-se na acumulação de capital dos países capitalistas imperialistas que permite a eles manterem os demais países subordinados, pois sua capacidade de investimento é maior e o capital sediado nestes países lançam mão do Estado-Nação para manter o domínio sobre os demais países (uso da força militar, pressão econômica etc.); o segundo motivo encontra-se no fato de que o processo de centralização e concentração de capital ocorre em nível mundial, o que produz desigualdades nacionais; o terceiro motivo encontra-se no fato de que os países capitalistas subordinados entraram pela via da industrialização de forma retardatária e por isso inseriram-se no mercado mundial de forma desvantajosa, pois este já estava constituído e dominado pelas grandes potências, e cuja situação dificilmente poderia ser alterada se lembrarmos a acumulação incipiente de capital e seu desenvolvimento tecnológico inferior.

Mas com a implantação de relações de produção capitalistas nos países periféricos, o processo das relações internacionais passa a possuir nova dinâmica. O conceito de reconversão capitalista expressa estas relações.

A reconversão capitalista é o processo caracterizado pela exportação de alterações formais dos países capitalistas centrais para os países capitalistas subordinados, reconvertendo-os e adaptando-os à nova dinâmica da produção capitalista. Porém, tal reconversão capitalista, nos países

capitalistas subordinados, ocorre *a posteriori*, ou seja, somente de forma posterior à sua realização e consolidação nos países capitalistas centrais, imperialistas, é que ela ocorre nos países capitalistas subordinados e quando aqueles já estão em uma fase mais avançada ainda, o que significa que somente em casos extraordinários os países capitalistas subordinados podem-se aproximar dos países capitalistas imperialistas. Isto significa que ocorre um processo de irradiação das transformações do capitalismo dos países imperialistas aos países subordinados e que estes sempre chegam de forma retardatária, ou seja, sempre reproduz-se a situação diferencial entre estes dois blocos de países. Assim, a tese de que os países “subdesenvolvidos” não podem desenvolver-se é equivocada, pois este desenvolvimento não só é possível como é impulsionado pelo desenvolvimento dos países imperialistas. O que é impossível, na verdade, é um desenvolvimento autônomo dos países capitalistas subordinados.

Este processo de reconversão capitalista é algo constante no desenvolvimento capitalista e por isso a tese da globalização apresenta um equívoco por não perceber que se mantém as relações desiguais entre os países. Neste contexto, a reconversão capitalista produz a desigualdade espacial em um plano internacional:

O processo de propagação-mundialização a partir de um foco capitalista inicial produz uma estrutura espacial não-igualitária. Esse tipo de estrutura permite o fortalecimento do desenvolvimento das forças produtivas do centro em detrimento das zonas periféricas e, por conseguinte, (...), uma intensificação do processo de propagação-mundialização. Assim, Marx analisa um processo contraditório, que nos permite compreender ao mesmo tempo o desenvolvimento do centro em detrimento das zonas periféricas (essencialmente os “círculos” mais afastados do centro quanto ao nível de produtividade) e o desenvolvimento concêntrico a partir das zonas mais “próximas” do foco. Desse modo, Marx supera dialeticamente as análises ortodoxas dos efeitos desenvolvimentistas do capitalismo com relação à periferia, bem como algumas análises de seus continuadores, que põem o acento tão-somente sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Através de um único movimento, o capitalismo central alimenta sua superacumulação por meio de uma extorsão na periferia e só pode encontrar solução para essa indigestão ao se propagar e ao impor em círculos cada vez mais próximos seu modo peculiar de desenvolvimento das forças

produtivas e suas relações sociais. O foco desenvolve-se e estende-se, saqueando em torno de si, donde certamente resulta o desenvolvimento, além da desigualdade crescente e, com a dissolução dos antigos modos de produção, a ruína e a morte na periferia DOCKÊS (1976, 163-164).

Assim, percebemos que existe um processo de reconversão capitalista e um desenvolvimento subordinado dos países capitalistas periféricos. Resta saber como esta desigualdade espacial reproduz-se, ou seja, como a reconversão capitalista gera a desigualdade espacial. A reconversão capitalista cria uma subordinação que gera uma modernização dos países capitalistas subordinados. No entanto, esta modernização nunca alcança o nível dos países capitalistas imperialistas. O motivo por não alcançar o nível dos países imperialistas encontra-se em um conjunto de fatores, tal como a dinâmica do mercado mundial, sem falar nos organismos internacionais controlados pelas potências imperialistas.

Aqui temos que nos remeter ao segundo conceito que esclarece as relações internacionais desiguais. Trata-se do conceito de transferência de mais-valor. O mercado mundial e sua dinâmica é nada mais do que um processo de transferência de mais-valor (e como veremos a seguir, o processo mercantil nacional também, gerando as desigualdades regionais). Isto foi chamado por alguns autores de “troca desigual”. O que vem a ser tal troca desigual ou transferência de mais-valor? Vejamos um exemplo.

Desta forma, quando Hubert Deschamp escreve no caderno n. 39 do *Tiers Monde* que o “algodão indiano abastecia o Lancashire e os tecidos ingleses vestiam os indianos”, tem-se que reconhecer que este ponto de vista é menos débil do que parece. Os termos da troca mudaram e a Inglaterra abandonou os tecidos de algodão. Desde então, ao invés de haver troca de tecido de algodão inglês por algodão indiano, há tecido de algodão indiano em troca de diferentes tecidos ingleses, e logo depois diversos tecidos indianos em troca de máquinas inglesas, e assim sucessivamente. Pode-se imaginar – ao menos teoricamente – um deslocamento semelhante até o infinito EMMANUEL (1981, p. 32).

No entanto, o que os pesquisadores adeptos da tese da troca desigual não entendem é que o processo de transferência de mais-valor não tem sua fonte no preço da mercadoria e sim no valor. Não se trata da imposição de

preços dos países imperialistas e sim da questão do valor da mercadoria. As trocas internacionais são trocas de mercadorias que possuem valores diferentes. As mercadorias produzidas nos países capitalistas subordinados realmente possuem um valor inferior, enquanto que as produzidas nos países capitalistas avançados possuem um valor superior. Isto deve-se ao processo de avanço tecnológico, que gera uma composição orgânica do capital elevada nos países mais avançados tecnologicamente. Assim, um produto primário realmente vale menos do que um produto tecnológico, pois este traz em si um maior *quantum* de trabalho acumulado (morto). Porém, o produto primário possui um maior *quantum* de mais-valor incorporado nele (trabalho vivo). Desta forma, o valor (e, por conseguinte, o preço) das mercadorias dos países imperialistas é maior, mas o *quantum* de mais-valor incorporado nelas é menor. O inverso ocorre com as mercadorias produzidas nos países subordinados: o valor das mercadorias é menor, mas o *quantum* de mais-valor incorporado é maior. Por conseguinte, o processo de desenvolvimento capitalista, tal como MARX (1988) havia colocado, produz a composição orgânica do capital, o que significa uma queda da taxa de lucro médio. Quanto mais avançada a empresa capitalista, menos mais-valor é adicionado à mercadoria. Quanto mais atrasada a empresa, maior é o *quantum* de mais-valor adicionado às mercadorias produzidas. Ora, a partir desta informação pode-se deduzir, então, que os países subordinados possuem uma taxa de mais-valor mais elevada. Isto é verdade. No entanto, no processo de troca comercial, realiza-se uma transferência de mais-valor dos setores capitalistas mais atrasados para os mais avançados. Este processo é complexo e só pode ser compreendido se observarmos que uma coisa é a produção de mais-valor e outra coisa é sua realização, que ocorre no mercado e portanto de forma não individual. Segundo BARROT,

Com o capitalismo moderno, cuja base é a indústria, a lei do valor transforma-se na sua manifestação. O capitalismo não é uma produção de mercadorias, mas de capitais. Os capitais, que se encontram no mercado, trocam-se, não apenas enquanto mercadorias, mas, sobretudo, enquanto produtos de capitais. Recebem, a este título, uma parte do lucro, proporcional à sua importância, mas esta parte é calculada (não conscientemente, mas de fato) sobre a base do lucro total da sociedade, quer dizer, do capital social total, e não a partir da composição orgânica individual de cada capital. Esta repartição do lucro

não se efetua de maneira estática, mas sim pelo movimento incessante dos capitais em direção aos ramos onde a taxa de lucro é mais elevada; é, portanto, um movimento tendencial. A lei realiza-se aqui de modo dinâmico, e ao nível global da sociedade. A massa total dos preços das mercadorias corresponde à massa total do seu valor; a massa total das mercadorias troca-se efetivamente segundo a quantidade de tempo de trabalho médio que contém. Contudo, ao nível de cada mercadoria-capital, a lei não funciona. Uma taxa de lucro médio tende a formar-se ao nível de toda a sociedade; e cada mercadoria-capital é vendida, não pelo seu valor, mas pelo seu preço de produção: quer dizer, aumentando o seu custo de produção (= valor do capital variável + valor do capital constante), com sua parte de lucro (determinada, na sua taxa, pelo lucro social médio e, na sua massa, pela importância deste capital). O que importa, aqui, é o movimento social no seu conjunto; trabalho total, valor total, capital total, lucro total BARROT (1975, 78-79).

Desta forma, observamos que a reconversão capitalista e a transferência de mais-valor que lhe acompanha produz um processo de desigualdade espacial internacional que é gerado pela dinâmica do capitalismo mundial. A divisão capitalista do espaço internacional com suas desigualdades é apenas uma reprodução da divisão capitalista do trabalho em escala internacional. Segundo PIERRE DOCKÈS:

Numa economia capitalista, toda divisão do trabalho é produzida pelo capital; a divisão internacional, portanto, não escapa evidentemente a essa regra. Os trabalhadores de uma cidade, de uma região ou de uma nação não têm liberdade real de escolher sua especialização. Em escala mundial, encontramos igualmente em presença seja de uma divisão despótica do trabalho, seja de uma divisão mercantil do trabalho. As relações entre as economias nacionais foram por muito tempo quase exclusivamente fundadas sobre a opressão pura e simples, sobre o colonialismo. Com o recuo deste tipo de opressão, o recurso à divisão mercantil internacional parece generalizar-se. Mas as relações mercantis são conservadas apenas na medida em que são mais eficientes do que as relações despóticas: toda ruptura, pelo país dominado, das regras do jogo liberal que o oprime (constituição de um sindicato de nações etc.) apresenta o risco de produzir um retorno flamejante de despotismo. (...). A divisão internacional, como

toda divisão capitalista do trabalho, produz desigualdade e dependência entre as nações. Como, ademais, o alargamento do mercado induz ao aprofundamento da divisão internacional, as desigualdades sociais e regionais se reforçam ainda mais DOCKES (p. 251).

O que hoje chama-se “globalização” é, na verdade, uma nova fase da constante reconversão capitalista, na qual os países subordinados, como sempre, inserem-se de forma desvantajosa e contraditória no novo contexto do capitalismo mundial e que reproduz, como não poderia deixar de ser, o processo de transferência de mais-valor que gera concentração e centralização do capital ao lado da desigualdade que assume uma dimensão também espacial.

3. Capital, Espaço Nacional e Desigualdade

No interior de uma nação reproduz-se um conjunto de desigualdades regionais. Por exemplo, as regiões brasileiras são extremamente desiguais, pois de um lado temos as Regiões Sul e Sudeste com determinado nível de desenvolvimento e de outro as demais regiões com níveis de desenvolvimento baixíssimos.

Como explicar esta desigualdade regional? A desigualdade regional é explicada pela transferência de mais-valor de uma região para outra. A transferência de mais-valor de uma região para outra faz-se, em alguns de seus aspectos, de forma diferenciada em relação ao que ocorre de um país para outro. Persiste, neste caso, a existência da “troca desigual” e da remessa de lucros de empresas que desenvolvem suas atividades em uma região, mas possuem seu capital concentrado e sediado em outra. Porém, um elemento diferenciador é o Estado, que acaba tornando-se um instrumento que realiza a transferência de mais-valor através de seus investimentos, o que não ocorre em escala internacional⁷.

O processo de transferência de mais-valor ocorre em âmbito internacional, nacional e também na relação entre duas empresas. Citemos novamente BARROT,

Se duas empresas, num mesmo país, fabricam o mesmo produto, aquela cuja composição orgânica do capital é mais elevada dispõe duma produtividade superior: utiliza mais

capital constante, menos capital variável que a outra, e incorpora menos valor no seu produto, uma vez que emprega menos força de trabalho. Os produtos destas duas empresas tendem a vender-se à volta de um mesmo preço de produção, o qual, porém, se faz acompanhar por uma transferência de valor da empresa menos produtiva para a mais produtiva. Em seguida, um tal movimento conduz à centralização do capital, que faz desaparecer as empresas menos produtivas em proveito das mais modernas. A concorrência cria o monopólio, forma modificada de concorrência, a qual não deixa por isso de existir BARROT (1977, 93).

Este processo ocorre também no interior de uma nação, criando as desigualdades regionais:

No interior dum país opera-se também a concentração do capital numa região – ou regiões –, animadas por uma dinâmica autónoma (relativamente) no respeitante às das outras regiões. Ainda aqui, é o mecanismo de valorização que está na base do fenómeno, e todos os esforços dos Estados para modificar tal situação se vêem, se não votados ao fracasso, pelo menos acompanhados de poucos resultados BARROT (1977, 93-94).

Assim, o processo de transferência de mais-valor não ocorre apenas nas relações internacionais ou nas relações interempresariais e sim no conjunto das relações mercantis da sociedade capitalista. As desigualdades regionais são produtos da transferência de mais-valor dos setores capitalistas mais atrasados e de setores não-capitalistas para os setores capitalistas mais avançados tecnologicamente, o que produz uma centralização e concentração de capital também na esfera regional dentro de uma nação. Assim, a desigualdade espacial tem sua fonte na expansão do modo de produção capitalista e em sua dinâmica de reprodução.

Desta forma observamos que a divisão capitalista do espaço produz e reproduz a desigualdade espacial, tanto na esfera das regiões quanto na da nação. O processo de transferência de mais-valor, possível devido a divisão capitalista do trabalho, é o conceito que nos permite compreender o processo de constituição capitalista das desigualdades espaciais. A divisão capitalista do trabalho gera a divisão capitalista do espaço e devido ao seu dinamismo próprio provoca a reconversão capitalista e a transferência de mais-valor,

isto é, produz desigualdades espaciais, regionais e nacionais.

Neste sentido, o problema das desigualdades nacionais foi abordada de forma extensa e aprofundada por diversas correntes, tal como se vê nas diversas “teorias do imperialismo”. Porém, as desigualdades regionais não foram estudadas de forma tão intensa e extensa. Poucos pesquisadores, comparando com a questão das relações internacionais, debruçaram-se sobre a questão das desigualdades regionais, apesar de sua existência e importância, inclusive para explicar as realidades nacionais. A divisão regional e a desigualdade que lhe acompanha, é um elemento que tem seu fundamento explicativo na dinâmica do capitalismo, que, não podemos deixar de ressaltar, é um palco onde se desenvolve conflitos sociais, sendo que a divisão social do trabalho e a divisão social do espaço são apenas formas que assumem tais conflitos. A transferência de mais-valor, por exemplo, é apenas um lado do processo de produção e reprodução do capitalismo, que nos remete ao problema da repartição do mais-valor entre setores capitalistas, ou seja, entre segmentos da classe dominante. Isto tem conseqüências no conjunto das relações sociais, pois as desigualdades nacionais e regionais irão provocar um processo de superexploração do proletariado em determinadas regiões e nações, o que reforça os conflitos de classes⁸.

O que queremos ressaltar é que a divisão social do trabalho e as desigualdades sociais são formas que assumem as lutas de classes na sociedade contemporânea e não meras categorias econômicas abstratas e sem referente material, sem ligação com os seres humanos históricos e concretos, que constituem e reconstituem as divisões sociais, tanto do trabalho quanto do espaço.

As desigualdades espaciais são, portanto, desigualdades sociais. Elas são constituídas e reconstituídas socialmente e são explicadas, na nossa época, pela dinâmica específica do modo de produção capitalista, isto é, pelo tipo específico de relações de classes de nosso tempo. O caráter complexo deste modo de produção revela também um processo de produção e reprodução da desigualdade não só entre as classes sociais mas também entre nações e regiões. No entanto, estas desigualdades regionais e nacionais são desigualdades no interior da classe dominante (de regiões diferentes e de nações diferentes) que interferem nas relações de classes e nas condições de vida das classes exploradas. Mais importante ressaltar é que tais desigualdades são proporcionadas pela repartição de mais-valor que é extraído do proletariado

e de outros setores explorados e em benefício das frações dominantes da classe dominante.

As regiões e nações, ao realizarem suas trocas mercantis, no interior de uma determinada divisão capitalista do trabalho e do espaço, realizam uma reconversão capitalista e transferência de mais-valor que constitui as desigualdades sociais regionais e nacionais. A compreensão deste processo remete-nos aos problemas sociais contemporâneos debatidos há décadas e que se agravam com a dinâmica de reprodução e expansão capitalista. Portanto, a conclusão de nosso trabalho é de que é impossível compreender as desigualdades espaciais sem referência ao processo histórico de desenvolvimento capitalista e aos conceitos de reconversão capitalista e transferência de mais-valor.

NOTAS

¹ Isto ocorre no caso de subordinação capitalista de modos de produção não-capitalistas em um mesmo território nacional, pois em caso de subordinação internacional ela deve ocorrer inicialmente através da dominação militar (ação estatal), onde se destroem os modos de produção auto-suficientes e lhes substituem por modos de produção subordinados.

² Existe uma vasta bibliografia sobre a expansão capitalista e/ou a articulação de modos de produção, com pontos de vista muitas vezes divergentes. (LUXEMBURGO, 1985; MARTINS, 1986a; MARTINS, 1986b; REY, 1973; BARTRA, 1977). Há também uma polêmica sobre o fim ou não dos modos de produção não-capitalistas, mas que não abordaremos no presente trabalho porque demandaria um espaço e estudo que estão fora das pretensões e objetivos que nos propomos aqui (Sobre isso pode-se consultar: KAUTSKY, 1980; LÊNIN, 1985; ABRAMOVAY, 1992).

³ Apesar de considerarmos correta a afirmação de que existe uma luta do capital contra a “economia natural”, não concordamos com a tese luxemburguista de que a expansão capitalista necessita de um meio ambiente não-capitalista para poder existir e se desenvolver, que se fundamenta na hipótese, a nosso ver equivocada, de que não é possível haver realização do mais-valor no interior do próprio modo de produção capitalista.

⁴ A troca mercantil (ou “circulação”, segundo PIERRE-PHILLIPE REY) é apenas a forma inicial como dá-se a subordinação dos modos de produção não-capitalistas ao capitalismo, que é complementada com a expansão das formas capitalistas de regularização (o Estado e seu aparato jurídico, as ideologias, escolas, valores, meios de comunicação de massas etc.), que reforçam esta subordinação que, com o passar do tempo, *tende* a realizar a dissolução destes modos de produção, apesar da resistência destes, instaurando relações de produção capitalistas em seu lugar.

⁵ Existem inúmeras formas de relações de produção não-capitalistas no campo, tais como a parceria, o colonato, o arrendamento etc., que se inserem nesta abordagem sobre modos de produção não-capitalistas subordinados ao capitalismo. Existem muitos trabalhos que, sob perspectivas diferentes, tratam destas relações (Cf. LOUREIRO, 1977; VINHAS, 1972; MARTINS, 1986a; MARTINS, 1986b; TOPALOV, 1978).

⁶ A expressão imperialismo é, de certa forma, anacrônica, pois sua origem encontra-se na existência de impérios, tal como o império romano, na idade antiga. No capitalismo, não se trata de império e sim da supremacia das nações nas quais o capital tem sede e que usam o Estado Nacional (e também os organismos internacionais) para fazer valer os seus interesses, o que serve para confundir a questão nacional com a questão da exploração capitalista internacional. A supremacia, no final das contas, é do capital oligopolista e não de Estados Nacionais.

⁷ Sobre desigualdade regional, cf. OLIVEIRA, 1987; ABLAS, 1985; MARANHÃO, 1984.

⁸ Além da superexploração do proletariado, ocorre, sem dúvida, uma forte exploração de outras classes sociais (especialmente do campesinato), consistindo na utilização dos “métodos secundários de exploração capitalista” MARX (1986), o que significa a extração de riquezas dos modos de produção subordinados ao capitalismo. Porém, isto foge da esfera da produção capitalista propriamente dita. Aqui temos o fato de que nas regiões onde o capital está em um estágio mais atrasado tecnologicamente, também, encontra-se e existência destes modos de produção, cuja tendência é serem destruídos e o capital destas regiões a serem o sustentáculo da superexploração do

proletariado e grande produtor de altas taxas de mais-valor.

CAPITAL, ESPAÇO E DESIGUALDADE

RESUMO

O presente trabalho trata do processo de constituição das desigualdades espaciais produzidas pelo desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento capitalista realiza a destruição de modos de produção pré-capitalistas e neste contexto surgem modos de produção não-capitalistas subordinados ao capitalismo. Esta é a primeira forma histórica de desigualdade espacial, regional e nacional, sob o capitalismo. Mas, tão logo este consiga realizar o processo de universalização das relações de produção capitalistas, a constituição de desigualdades espaciais passam a ser os produtos da própria dinâmica capitalista. A tese apresentada para explicar as desigualdades regionais e nacionais, neste contexto de consolidação do modo de produção capitalista em escala mundial e no interior das nações, reside no processo de reconversão capitalista e transferência de mais-valor, que levam ao processo de concentração e centralização de capital.

Unitermos: Capital/ Espaço/ Desigualdade/ Reconversão/ Capitalista/ Transferência de Mais-Valor.

CAPITAL, SPACE AND INEQUALITY

ABSTRACT

The present work treats of the process of constitution of the space inequalities produced by the capitalist development. The capitalist development accomplishes the destruction of pré-capitalist production manners and in this context manners of production no-capitalist subordinates appear to the capitalism. This is the first historical form of inequality space,

regional and national, under the capitalism. But, so soon this gets to accomplish the process of generalization of the capitalist production relationships, the constitution of space inequalities they become the products of the own capitalist dynamics. The thesis presented to explain the regional and national inequalities, in this context of consolidation in the way of capitalist production in world scale and inside the nations, it resides in the process of capitalist reconversion and transfer of more-value, that take to the concentration process and capital centralization.

Key words: Capital/ Space/ Inequality/ Capitalist Reconversion/ Transfer of More-Value.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, L. A. *Intercâmbio Desigual e Subdesenvolvimento Regional no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1985.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROT, J. *O Movimento Comunista*. Lisboa: Etc, 1977.

BARTRA, R. *El Poder Despótico Burguês*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

DOCKÈS, P. *A Internacional do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EMMANUEL, A. A Troca Desigual. In: AMIN, S.; BETTELHEIM, C.; EMMANUEL, A. et al. *Imperialismo e Comércio Internacional*. São Paulo: Global, 1981.

FERNANDES, O. B. O Campesinato no Brasil. *Teoria Crítica da Sociedade*. Ano 1, n. 1, dezembro de 1994.

GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Proposta, 1980.

LÊNIN, W. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOUREIRO, M. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARANHÃO, S. (org.). *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986a.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986b.

MARX, K. *As Lutas de Classes na França*. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.

MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1988.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião*. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REY, P-P. *Les Alliances de Classes*. Paris: François Maspero, 1973.

SAES, D. *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTIAGO, T. (Org.). *América Colonial*. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988.

TOPALOV, C. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

VINHAS, M. *Problemas Agrários-Camponeses no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

